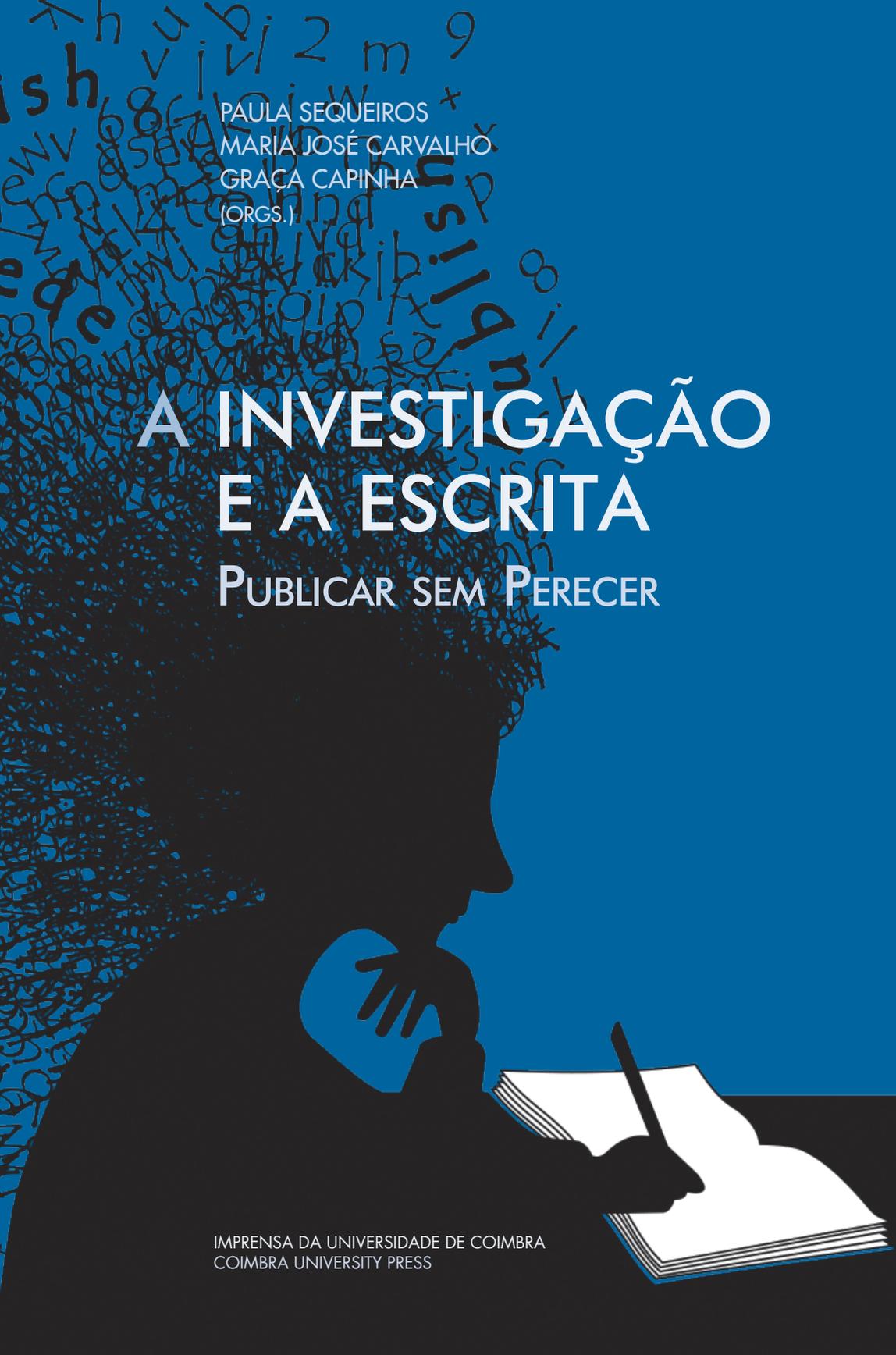


PAULA SEQUEIROS
MARIA JOSÉ CARVALHO
GRAÇA CAPINHA
(ORGS.)

A INVESTIGAÇÃO E A ESCRITA

PUBLICAR SEM PERECER

IMPRESA DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA
COIMBRA UNIVERSITY PRESS



A Investigação e a Escrita: Publicar sem Perecer é uma coletânea publicada em Português, a partir de uma experiência de cinco anos de formação avançada extracurricular (*Publicar sem Perecer: Sobreviver ao Turbilhão*), em literacia da informação, escrita e publicação científica.

Esta é uma reflexão e uma problematização do que deve ser o papel da ciência num contexto que, cada vez mais, parece querer reproduzir na academia o mercantilismo de índole neoliberal. Aqui se lê a colaboração de autorias nacionais e internacionais que consideram uma diversidade de campos teóricos e empíricos sobre o fenómeno.

Esta obra pretende ser um contributo para identificar e questionar os problemas daí resultantes, tentando apontar algumas soluções para o mal-estar crescente que se vive no mundo académico.



I N V E S T I G A Ç Ã O



EDIÇÃO

Imprensa da Universidade de Coimbra
Email: imprensa@uc.pt
URL: http://www.uc.pt/imprensa_uc
Vendas online: <http://livrariadaimprensa.uc.pt>

COORDENAÇÃO EDITORIAL

Imprensa da Universidade de Coimbra

CONCEÇÃO GRÁFICA

Imprensa da Universidade de Coimbra

IMAGEM DA CAPA

Imagem inspirada na ilustração de Demirel Selçuk, disponível em:
<http://bibliotecasemrede.blogspot.pt/2010/12/turbilhao-de-ideias.html>

INFOGRAFIA

Mickael Silva

EXECUÇÃO GRÁFICA

Tipografia Beira Alta, Lda.

ISBN

978-989-26-2155-5

ISBN DIGITAL

978-989-26-2156-2

DOI

<https://doi.org/10.14195/978-989-26-2156-2>

DEPÓSITO LEGAL

492398/21

OBRA PUBLICADA COM O APOIO DE



ces Centro de Estudos Sociais
Universidade de Coimbra



Fundação
para a Ciência
e a Tecnologia



PAULA SEQUEIROS
MARIA JOSÉ CARVALHO
GRAÇA CAPINHA
(ORGS.)

A INVESTIGAÇÃO E A ESCRITA

PUBLICAR SEM PERECER

IMPRESA DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA
COIMBRA UNIVERSITY PRESS

COMISSÃO CIENTÍFICA

Angélica Lyra de Araújo, Univ. Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Eliezer Araújo, Universidade de Aveiro
Ana Raquel Fernandes, Universidade Europeia
Marinela Freitas, Universidade do Porto
Tânia Leão, Universidade do Porto
Maria Beatriz Marques, Universidade de Coimbra
Hugo Monteiro, Instituto Politécnico do Porto
Cristina Parente, Universidade do Porto
Marleide Rodrigues da Silva Perrude, Univ. Estadual de Londrina
Rogério Miguel Puga, Universidade Nova de Lisboa
Manuel João Rodrigues Quartilho, Universidade de Coimbra
João Queirós, Instituto Politécnico do Porto
Armando Malheiro da Silva, Universidade do Porto
Hermínia Sol, Instituto Politécnico de Tomar
Luciana Melo e Souza, Universidade Federal da Bahia
Inês Pedro Vicente, Universidade Nova de Lisboa
Zuzanna Zarebska, Universidade de Lisboa

SUMÁRIO

Introdução.....	9
<i>Paula Sequeiros, Maria José Paiva Fernandes Carvalho, Graça Capinha</i>	
I - Políticas da Informação e da Disseminação:	
conceitos, acessos, desigualdades	17
Palavras como flores, conceitos como cercas: literacia da informação, desigualdades sociais no ensino superior.....	19
<i>Paula Sequeiros</i>	
Repositório institucional acadêmico da UC e políticas de acesso aberto.....	45
<i>Ana Eva Miguéis</i>	
II - O Ciclo «Publicar em Perecer»:	
o exercício da escuta na aprendizagem e na escrita.....	69
Curso «Publicar sem Perecer»: produção de saberes para uma escrita científica crítica e reflexiva	71
<i>Margarida de Cássia Campos, Marília Veríssimo Veronese</i>	
O Processo da escrita acadêmica: imersão, aprendizagens e desafios	91
<i>Fátima Valéria Ferreira de Souza, Otto Vinicius Agra Figueiredo</i>	
<i>Another brick (against) the wall:</i> o produtivismo acadêmico e a iniciativa «Publicar sem Perecer: sobrevivendo ao turbilhão».....	109
<i>Fernando Laércio Silva, Roberta Guerra</i>	

III - Bibliotecas Académicas:	
o seu papel na expansão da formação para a produção científica.....	131
Bibliotecas universitárias:	
atendimento humanizado e a Biblioteca Norte Sul	133
<i>Maria José Paiva Fernandes Carvalho</i>	
Ateliê dos saberes: o que esperar de uma biblioteca?	161
<i>Rachel Carvalho</i>	
O papel dos gestores de referências bibliográficas	
na produção científica	177
<i>Francisco Freitas</i>	
IV - Consolidação de Saberes. Inscrição e distorção.....	195
Investigação, inscrição, publicação	197
<i>João Arriscado Nunes</i>	
Oferta e procura de investigadores doutorados:	
distorções no Sistema Científico e Tecnológico português	215
<i>Andrés Spognardi, Ana Raquel Matos</i>	
V - Literacias Multilíngues.....	249
Práticas de comunicação científica intercultural na	
capacitação de doutorandos para a academia internacional.....	251
<i>Patrícia Silva</i>	
Algumas reflexões sobre o ensino de escrita académica em inglês	271
<i>Kate Torkington</i>	
VI - Desassossegos na Investigação	295
Ser «jovem» cientista social sem perecer na academia-turbilhão	297
<i>Rita Alcaire, Rita Grácio</i>	
Saúde mental na academia.....	323
<i>Marco Pereira</i>	
VII - Escrita Académica: normas e insubordinações.....	341

Para uma Ciência Parda: uma escrita conform(e)/ada	343
<i>Graça Capinba</i>	
Na senda da voz autoral:	
conformidade, adaptação, questionamento e transgressão	359
<i>Joana Vieira Santos</i>	
Na fronteira das palavras: a ciência, as histórias e os públicos.....	399
<i>Rita Campos</i>	

(Página deixada propositadamente em branco)

SER «JOVEM» CIENTISTA SOCIAL SEM PERECER NA ACADEMIA-TURBILHÃO

Rita Alcaire
Centro de Estudos Sociais, Universidade de Coimbra
ritaalcaire@ces.uc.pt

Rita Grácio
CICANT — Centro de Investigação em Comunicação Aplicada,
Cultura e Novas Tecnologias, Universidade Lusófona
rita.gracio@ulusofona.pt

Resumo

Neste capítulo, faz-se uma análise crítica sobre o que é ser investigador/a em início de carreira (IIC) em Ciências Sociais, em Portugal. Partindo da própria experiência situada enquanto Investigadoras em Início de Carreira - IIC, as autoras analisam práticas académicas como a produção do texto académico e a disseminação do conhecimento científico, quer *online*, quer *offline*, como prática social atravessada por múltiplas desigualdades de poder. As autoras problematizam ainda o trabalho académico invisível e invisibilizado, que vai para além do texto (escrita e publicação). Finalmente, ensaiam alternativas para não perecer na academia-turbilhão.

Palavras-Chave: saúde mental, carreira académica, Investigadoras/es em Início de Carreira (IIC), escrita académica, redes sociais

Abstract

In this chapter, we conduct a critical analysis about what it means to be an early career researcher (ECR) in social sciences in Portugal. Based on our own situated experience as ECRs, we explore academic practices such as the process of constructing the scientific text and the dissemination of scientific knowledge as a social practice intersected by multiple power relations.

The authors also question invisible and invisibilized academic work, that goes beyond the text (writing and publication). Finally, they try out alternatives to not perish in the stampede academy.

Keywords: mental health, academic career, Early Career Researcher (ECR), academic writing, social networks

Introdução

Neste capítulo, levantamos alguns desassossegos sobre o que é ser investigadora em início de carreira (IIC) em Ciências Sociais, em Portugal. Partindo da própria experiência situada enquanto IIC, as autoras analisam práticas académicas como a produção do texto académico e a disseminação do conhecimento científico como prática social atravessada por múltiplas relações de poder.

Este olhar sobre uma dimensão tantas vezes negligenciada do trabalho académico dá conta de que se a investigação é um processo, a escrita também o é. Sentida como uma atividade individual — sinuosa, laboriosa e nem sempre prazerosa —, a escrita académica é uma atividade acima de tudo social, aprendida em comunidades de prática e inscrita em relações sociais (Becker & Richards, 2007; Solovova *et al.*, 2018). No entanto, é experienciada em profundo isolamento. Um isolamento que lentifica o tempo e esvazia o espaço, e que contrasta com a exigência da célere disseminação do

conhecimento científico no espaço público. Nesta corrida de competição entre pares, espera-se não apenas a publicação, mas ainda que uma voz autoral, única, original, se afirme.

A par destas dificuldades, há um *ethos* da paixão pelo trabalho académico (*doing what you love*), que torna os/as IIC mais vulneráveis e complacentes com situações de desigualdade, de precariedade laboral e de desequilíbrios família-trabalho (Gill, 2014; McRobbie, 2016). Isto traduz-se, frequentemente, não em sindicalização, mas em manifestações individuais como *stress*, ansiedade e depressão. De facto, questões de saúde mental são cada vez mais comuns entre estudantes de doutoramento, jovens investigadoras/es e corpo docente (Levecque *et al.*, 2017; Pereira, 2017). A COVID-19 veio acentuar algumas características já instaladas das condições de produção académica (como o isolamento) e não escapou às dinâmicas organizacionais gerais, que passam pela reconfiguração do espaço-tempo domésticos e laborais, com repercussões na conciliação trabalho-família.

Neste contexto, puxamos da nossa imaginação sociológica (Mills, 1959), ensaiamos problemas e questionamos alternativas.

O contexto ou chegadas à sala de choro

Outrora um percurso elitista com apenas 60 pessoas a obter o grau de doutoramento na década de 1970, os programas doutorais em Portugal qualificam agora mais de 2.000 estudantes a cada ano, desde 2010 (PORDATA, 2020). Um relatório recente destaca o nosso país por ter mais doutoras/es do que a média da OCDE (55% *vs.* 47%) e 23% de alunas/os de doutoramento são internacionais (OECD, 2019). E se, nessa mesma década de 1970, o acesso à universidade era reservado a poucas, é agora uma possibilidade ao alcance de um maior número de pessoas, embora seja um investimento mais caro e com retornos menos garantidos e longe de se converterem em bene-

fícios pessoais mais imediatos. A isto junta-se a falta de tempo para robustecer conhecimentos, a necessidade de enveredar por «áreas de interesse» que não são as nossas, mas poderão garantir financiamento, a perda de ligação com diferentes públicos e comunidades, incluindo aquelas cujos testemunhos e experiência vivida alimentam o nosso trabalho, a prioridade conferida a indicadores de publicação, em detrimento de outros indicadores — como comunicação de ciência social ou activismo. Este é, de facto, um dos grandes problemas das políticas de gestão de ciência, que se reflecte negativamente nas práticas de investigação. Os indicadores bibliométricos têm sido alvo de críticas, já que deixam de fora muitas das contribuições da pesquisa científica para o conhecimento (por exemplo, resultados que não são publicáveis como artigos científicos) e para o impacto social desse conhecimento. É emblemático o «Manifesto de Leiden»¹, que denuncia alguns dos problemas com as métricas existentes (por exemplo, o índice-*h* aumenta com a idade, mesmo que não haja novas publicações, e é diferente consoante a plataforma em que é calculado) e aconselha que os indicadores bibliométricos sejam acompanhados de outros indicadores mais qualitativos (Hicks *et al.*, 2015). Outro documento onde estão plasmadas críticas é na *San Francisco Declaration on Research Assessment* (conhecido por DORA)².

Avisamos quem nos lê: este texto irá constar nos nossos indicadores de produtividade, assim como nos dos centros de investigação a que pertencemos. Porque, no mundo académico, uma das actividades consideradas mais importantes e reflexo da qualidade de quem detém a sua autoria é a escrita.

Avisamos quem nos lê: este capítulo, escrito a quatro mãos e muitos afetos, é descomprometido e comprometido. É descomprometido com o formato clássico de um capítulo académico, ou seja,

¹ <http://www.leidenmanifesto.org/>

² <https://sfpora.org/read/>

este capítulo não veste toga nem *smoking*. Mas é comprometido, porque vestimos a frase «O pessoal é político» e vamos assim para a rua, o que, na academia, começa pelas publicações.

Fazemos mesmo questão de avisar quem nos lê: somos parte de várias estatísticas relacionadas com estas temáticas. As que dão conta de que o trabalho académico é feminizado, as que apontam para a fragilidade do bem-estar de IIC. Um recente inquérito por questionário *online* aplicado à comunidade de cientistas em Portugal, entre final de 2019 e início de 2020 (antes da pandemia), obteve 2726 respostas, sendo a maioria das pessoas inquiridas mulheres, com idade média de 38 anos e quase metade com descendentes (Ferreira, 2021). Este estudo revelou que um terço das pessoas que fazem ciência apresentam sintomas de *burnout* (e.g.: exaustão, dúvidas sobre a relevância do seu trabalho, baixa eficácia profissional, etc.) e que a maioria trabalha mais de 40 horas por semana. Estes dados não são surpreendentes se olharmos para um anterior estudo sobre satisfação e motivação de académicos/as nas instituições de ensino superior (Ferreira *et al.* 2012). Este estudo, de 2012, mostrava que a satisfação era mais baixa entre docentes com doutoramento, o grupo mais numeroso. Os/as académicos/as com menor grau de satisfação tinham idades compreendidas entre os 41 e os 60 anos, e constituíam 2/3 dos respondentes (66,2%). Vão também chegando testemunhos da precariedade académica através de jornalistas que colocam o problema no espaço público (*Observador*, 2019; Viana, 2019).

Questões de saúde mental como a depressão, a ansiedade ou o *stress* estão em crescimento entre estudantes de doutoramento, jovens investigadoras/es e corpo docente em início de carreira (Barry *et al.*, 2018; Cisco, 2019; Levecque *et al.*, 2017; Pereira, 2017). O equilíbrio entre trabalho e família, exigências descontroladas de serviço, o estilo de liderança de supervisoras/es e a forma como são feitas as tomadas de decisão dentro das equipas estão ligados

a um aumento de pressão para responder a uma série de desafios do mercado de trabalho acadêmico (Levecque *et al.*, 2017).

IIC experienciam níveis de ansiedade e depressão seis vezes maiores do que os da população em geral (Evans *et al.*, 2018). Relatam níveis mais altos de *workaholism*, que tem um efeito negativo e indesejado nos relacionamentos com entes queridos (Torp *et al.*, 2018). O quadro costuma ser ainda mais sombrio para minorias de gênero (mulheres e outras pessoas que não se identificam ou não são percebidas como homens), pessoas racializadas e que não são de classe média ou alta. Deste modo, quaisquer que sejam as crenças de senso comum em relação ao trabalho na academia («passam o dia sem fazer nada») é difícil negar que há aqui um problema real a ser abordado. IIC sentem na pele o que é estar no limbo da carreira, passando anos — em alguns casos décadas — numa sucessão de bolsas, recibos verdes e, no melhor dos casos, contratos de curto prazo. A ansiedade e a incerteza que isso cria tem consequências nefastas para o bem-estar, que não podiam senão ser agravadas pela pandemia. A atual geração de pessoas pós-doutoradas pode estar a enfrentar a mais grave crise de carreira e saúde até ao momento. Os resultados de uma recente pesquisa da revista *Nature* mostram que 51% das pessoas entrevistadas consideraram abandonar a investigação ativa por questões de saúde mental relacionadas com o seu trabalho (*Nature*, Editorial, 2019). Para além dos custos para a saúde de um grande grupo de trabalhadoras/es, esta situação acarreta problemas para a construção de conhecimento, a descoberta e a inovação quando tantas pessoas se questionam sobre o seu futuro na ciência. Respondendo a esta pesquisa bienal da *Nature*, em 2017, um aluno de doutoramento sugeriu que as universidades tivessem uma sala silenciosa para «momentos de choro» quando as pressões causadas por estar a fazer estudos pós-graduados se tornam insuportáveis. Naquela época, 29% dos 5.700 entrevistados listaram a sua saúde mental como uma área de preocupação e pouco

menos de metade procuraram ajuda profissional para a ansiedade ou depressão causada pelo seu trabalho acadêmico.

A saúde mental (ansiedade, depressão) foi também um dos aspectos mais sinalizados pelas pessoas participantes nas diferentes edições da formação avançada «Publicar Sem Perecer — Sobreviver ao Turbilhão». Conclusão: a saúde mental de investigadoras em início de carreira precisa urgentemente de atenção.

Da escrita à publicação ou «o poema ensina a cair»

Apesar de vivermos na sociedade das imagens, na academia, o texto continua a ser o recurso mais relevante e, como tal, o ofício deste mundo profissional. A escrita acadêmica assume vários formatos, com diferentes dimensões, objetivos, contextos. Das ciências da vida às ciências sociais e humanidades, o texto é a ciência e a ciência é o texto (Latour & Woolgar, 1986). Um dos mais importantes gêneros acadêmicos passou a ser o artigo científico — embora o livro anda seja relevante em algumas disciplinas, sobretudo nas Ciências Sociais e Humanas.

O artigo é uma espécie de diamante que deve refletir, espelhar e fazer brilhar a ciência. O artigo condensa todas as fases do processo de investigação: a pergunta que nos move (pergunta de partida), as respostas possíveis a essa pergunta (as hipóteses de trabalho), a conversa com os gigantes (a revisão de literatura), a caixa de ferramentas (a metodologia), a construção da resposta com mais perguntas e com outros sujeitos (a recolha de dados), a análise e discussão da relação entre as hipóteses e os dados, que tem de ter rigor e criatividade. Finalmente, mostrar por que é que isto tudo importa, para quem, qual o contributo ou...*so what?*

Podemos ficar tão absortas na escrita que não damos pelo tempo passar e o resto do mundo desaparece. Este «fluir», com outras

variações de nomenclatura como *«being in the zone»*, são estados de «experiências ótimas» muito estudadas pela psicologia positiva desde os anos 1990. A escrita pode ser um momento de absoluto prazer. O texto académico, como o poema, ensina a cair, para glosar a poeta e tradutora Luiza Neto Jorge (Jorge, 1993).

Mas a academia não espera quedas. Não ampara quedas. Não serve de pára quedas. Não há tempo. Há texto. O texto que, a cada momento, se escreve, escreve-nos. O texto somos nós — a morte da autora não nos bate à porta. O texto dita-nos a desdita — a carreira. A escrita académica é uma actividade de alto risco. E estamos sozinhas e/ou isoladas enquanto escrevemos o texto, seja o texto do artigo, o texto da tese, o texto de opinião para o jornal.

Mas, como dizíamos, a academia não espera quedas. Para isso, há que domar o texto. Disciplinar o texto. As disciplinas ensinam a disciplinar. Disciplinar o texto faz-se através das disciplinas e das suas mediações sociotécnicas — como entrar num texto em quadrado, o quadrado do monitor. Disciplinar o texto é aprender a ser uma «encantadora» de palavras, frases, parágrafos, seções, argumentos. Um blogue muito popular de uma académica australiana na área da educação no ensino superior espelha esta metáfora da escrita como domesticação. Inger Mewburn, Professora Associada na Universidade Nacional Australiana, no seu blogue intitulado «The Thesis Whisperer»³ (Encantadora de teses), cujo epíteto é «Just like the horse whisperer — but with more pages» («Tal como a encantadora de cavalos, mas com mais páginas»)⁴.

Cada disciplina tem a sua forma de domesticação. Passear entre disciplinas — ou a tão propagada interdisciplinaridade — talvez seja um momento em que caímos mesmo. Cair é ficar a falar sozinha.

³ <https://thesiswhisperer.com/>

⁴ As traduções neste artigo são da responsabilidade das autoras.

Por exemplo: «o seu artigo não se encaixa nos interesses da nossa comunidade de leitura».

Ficar a falar sozinha ou ficar a falar uma língua que não é a nossa. Falamos a língua académica: inglês. Apoiadas e financiadas pela política de ciência em Portugal, que tem vocação internacional e por isso disponibiliza bolsas para a realização de doutoramentos em Portugal e/ou no estrangeiro (Rodrigues, 2015), ambas deixámos de escrever em português. Este capítulo é uma exceção e não a regra que herdámos. A experiência da internacionalização no caso da Rita G. foi fundamental para falar a língua imperialista e, mais do que a língua, os mundos (sociais, editoriais) à volta da língua. No caso da Rita A. a internacionalização foi textual e discursiva, mas principalmente através da língua da escrita. Deixámos de escrever na língua em que falamos, em que sentimos e estamos académica e emocionalmente com as pessoas participantes na investigação. Deixámos de pensar em português. É mais barato. A bolsa não chega para pagar o (difícil) trabalho de tradução. Nem todas as pessoas que investigam estão inseridas em projetos com orçamento para tradução, nem com orçamentos para taxas de publicação — os chamados *Article Publishing Charges* (APC), que podem ir até 7.000 €. Sim, em muitas revistas científicas, paga-se para publicar, apesar da crescente pressão para políticas de acesso aberto⁵. As autoras dos artigos não recebem nada. Dizíamos: fica mais barato escrever em inglês e, quando conseguimos, pagamos do nosso bolso de bolseira o trabalho de revisão. Quando a aflição orçamental é muita recorre-se, em último caso, a ferramentas de tradução *online*, que têm vindo a aperfeiçoar os seus algoritmos. Sim, são más práticas. Com vergonha, admitimos: contribuímos para a invisibilização e a precariedade de outras profissionais que estão no

⁵ Para quem quiser saber mais sobre políticas de Acesso Aberto na ciência, recomendamos a leitura do seguinte relatório da FCT: <https://www.fct.pt/acessoaberto/docs/modelosacessoaberto.pdf>

ecossistema académico, nomeadamente as tradutoras. Não só através da dispensa dos seus serviços, como através da sua invisibilização no espaço do artigo. Orgulhamo-nos das práticas editoriais de várias revistas científicas que fazem questão de identificar as tradutoras/revisoras dos trabalhos publicados.

A questão do imperialismo da língua inglesa está inextricavelmente ligada à da desigual divisão global do trabalho nas ciências sociais. Foquemo-nos numa das várias dimensões dessa desigual divisão global do trabalho que mais directamente relacionada está com a publicação. Syed Farid Alatas põe o dedo na ferida sobre a dependência dos países periféricos em relação aos países do Norte Global no que toca à produção de conhecimento através de ideias, livros, revistas científicas e outras publicações: «O grau de dependência académica, neste caso, pode ser medido a partir da estrutura de propriedade e controlo de editoras, periódicos, séries de *working papers* e *websites*» (Alatas, 2003, p. 604).

Esta questão atravessa-nos sempre que pretendemos publicar investigação sobre Portugal numa revista científica internacional. Internacional afinal é equivalente a anglo-saxónico, pois tudo o resto são *unknown knowns*. É o que escrevem Bell e Mills (2020), demonstrando como o panorama editorial coloca como o seu «Outro» os países não-ocidentais, que têm revistas científicas «predatórias», o «dragão» que somos ensinadas a combater (Bell & Mills, 2020). «Qual a especificidade do contexto português?» «Por que é que Portugal há-de interessar à nossa comunidade de leitura?». As reflexões de Syahirah Abdul Rahman (2019) sobre a sua condição e estigmatização como «Eastern researcher», numa publicação no blogue da *Sociological Review*, são ilustrativas da sobrançeria dos países do Norte Global. Rahman riposta com orgulho e reivindicação dessa identidade. A ler.

O mundo da publicação é um novo mundo em constante movimento e atualização. Reparem como citamos blogues ou o Twitter. No mundo «antigo», escrevia-se e imprimia-se em papel e enviava-se para a revista

ou para a editora. Agora, “submetemos”. Submetemos na plataforma digital associada a cada revista científica indexada, só muito raramente por correio electrónico. Submetemo-nos. Em submissão total: de um artigo, de uma carreira, de um precário presente e o sonhado futuro, à mercê da sentença de pares. Desculpem, revisão por pares. É mesmo. Temos encontrado de tudo. Sentenças, mas também muita generosidade — nem que seja na forma como a sentença é proferida.

O texto pode ser rejeitado, aceite com revisões maiores, aceite com revisões menores, aceite. Deixámos o melhor para o fim: «Revise and resubmit», o temido «rever e resubmeter». Os manuais internacionais, que ajudam a desmistificar o processo de publicar, dizem que é a sentença de pares mais comum (Belcher, 2019). A seguir, recomeça o processo. O texto pode ser rejeitado, aceite com revisões maiores, aceite com revisões menores, aceite. Como num videojogo, ou passamos ao nível seguinte, ou mudamos de cenário. Este jogo está espelhado na organização das pastas no computador (como por exemplo, na pasta da segunda autora deste capítulo: «Article X_Submitted_Rejected_To_Resubmit»), que dão conta do processo de revisão por pares: dão conta de como vemos o texto, tal como a vida, a passar, de decisão em decisão.

Há livros que ajudam mesmo neste processo. Livros que têm autoras que são reflexo e resultado desta indústria da publicação, mas que, nas condições actuais, fazem a diferença, sobretudo para quem não tem acesso aos truques destes mundos editoriais — obrigada Wendy Belcher (2019)! Não de somenos importância, há discursos humorísticos sobre o processo de revisão por pares. Numa conta de Twitter dedicada ao humor, já vimos escrito o mote de quem faz revisão: «I protect social science from you» («Protejo a ciência social de vocês»). Agora fora de brincadeiras, somos a favor do escrutínio. Mas quantos académicos que são agora «*top scholars*» (vivos ou mortos) teriam passado no crivo dos seus pares há 30 anos? Há 20? Há 10? O trabalho de Marcel Mauss sobre a dádiva ou o dom teria passado

numa revisão por pares? Diz-nos Geninasca, no capítulo de um livro organizado por Greimas e Landowski: «o caráter desordenado ou inacabado, em aparência, do texto de Mauss não se deve mais ao facto de que não se encontra nele o tipo de ordem que se espera encontrar, antes que a ausência de um princípio de organização que restaria ainda por revelar?» (Geninasca, 1986, p. 84). Hoje, os pares não aceitam o devir nem o porvir do texto, só o que vem no texto, o que vêm no texto. Numa troca de *tweets*, defendia Eric Schwartz, diretor editorial da Columbia University Press, que é necessário que a revisão de pares se transforme, passando de um processo de *gatekeeping* para um processo de construção de uma comunidade.⁶ Somos a favor dessa comunidade de pares, para publicar sem perecer.

E há que dizer: os pares também estão a perecer. Mais uma questão em que a pandemia mostrou o que estava varrido para debaixo do tapete. Os pares não são remunerados para rever, porque se considera que a revisão é parte das obrigações profissionais de uma investigadora, e pagar é enviesar o processo de revisão. Quem faz a revisão pode ser recompensada com acesso gratuito a outros artigos da revista e/ou de outras revistas da mesma editora, por um período limitado. O que pode também enviesar o processo de revisão é a invisibilização do trabalho académico. Com a pandemia, como se pode ler em quase todos os *websites* das revistas internacionais indexadas, o processo de revisão de pares está com atrasos, devido às disrupções nas vidas profissionais e pessoais⁷. Se já era difícil encontrar pares para rever, mais difícil ficou.

Foi criada uma nova plataforma digital, a *Publons*, onde estão elencadas as pessoas que fazem revisão. Deste modo, pretende-se dar conta, publicamente, da atividade de revisão. Está instalada a polémica sobre esta plataforma, como fica bem patente em duas

⁶ <https://twitter.com/speraltalisboa/status/1318862640907771905>

⁷ <https://www.journals.elsevier.com/digital-geography-and-society/announcements/covid-19-impact-on-peer-review>

publicações nas contas pessoais das investigadoras Susana Peralta (NOVA SBE) e Marina Costa Lobo (ICS-ULisboa). Por um lado, a *Publons* permite um reconhecimento, ainda que simbólico, desse trabalho invisível. Por outro lado, mantém-se uma ausência de pagamento monetário (ainda que reduzido, como propõe Marina Costa Lobo), que corresponda a um reconhecimento das materialidades envolvidas, nomeadamente, o número de horas gastos a ler os artigos e a escrever os pareceres da revisão.

Mas mais do que discutir se a *Publons*, em si, resolve, ou não, o problema, e pela quantidade de vezes que já citámos *tweets* e blogues neste texto, ficamos com a certeza que também a academia e o ensino superior não escapam à digitalização nem à lógica de plataformização da economia, isto é, uma lógica de extração de valor através de plataformas, muitas vezes monopolistas (Srnicek, 2017).

A academia sai à rua digital

O trabalho académico, de investigação e ensino, passa pelo uso de tecnologias digitais (Lupton *et al.*, 2017). Plataformas digitais como o *Facebook* ou o *Twitter* têm vindo a ser cada mais usadas como forma de disseminação da produção científica, e, mais recentemente, outros *media*, como *podcasts*, estão a propagar-se como forma de divulgação do conhecimento. Alinhando com a procura de métricas alternativas, há também uma reivindicação para que as citações nestas plataformas digitais sejam contabilizadas, o que é explicado no Manifesto Altmetrics⁸, publicado em 2010. Em Portugal, o *e-book Redes Sociais para Cientistas* é emblemático deste incentivo ao uso das redes sociais para envolvimento de públicos (Lobo Antunes *et al.*, 2014). Mark Carrigan, inicialmente um entusiasta do uso das redes sociais

⁸ <http://altmetrics.org/manifesto/>

para académicos, numa segunda edição do seu livro sobre a temática (Carrigan, 2019), é menos efusivo, incluindo alguns tópicos como «o lado perverso» das redes sociais (e.g.: assédio). Outras autoras têm apontado para como a exigência de uma presença *online* constante nas redes sociais é uma forma de trabalho imaterial de pessoas académicas utilizadoras de redes sociais, disfarçado de «partilha» (Duffy & Pooley, 2017). Ainda, alertam, certas plataformas como o *Academia.edu*, considerado outrora o «Facebook dos Académicos», impõem uma cultura de auto-monitorização baseada em analíticas que pouco têm de alternativas à quantificação da produção académica promovida pelas Universidades nos seus exercícios de monitorização (Duffy & Pooley, 2017). A monetização sem escrúpulos do *Academia.edu* levou muitas pessoas da academia a abandonar esta plataforma, migrando para o *ResearchGate*. Sem dúvida que a exigência da auto-promoção e do *self-branding* é um trabalho oneroso para quem faz investigação. Mas é um espaço onde se pode também ser académica-cidadã (Chapman & Greenhow, 2019), ainda que digital — e sabemos que o espaço digital é ainda reservado a uma elite. Queremos uma academia com espaço-tempo na rua-rua, mas nas ruas digitais também há pessoas. Em plataformas como o *Twitter*, há também espaço para denúncias de situações de injustiça, abusos de poder, assédio sexual, assédio moral, desigualdade racial e de género, e também se desenham soluções, propõem-se ações a tomar ou tomadas. Cria-se um espaço de partilha de boas práticas e de denúncia, numa espécie de solidariedade internacional, já que podemos estar ligadas a pessoas em Universidades e centros de investigação de todo o mundo (todo-o-mundo-*Internetizado*).

Para lá do texto ou a invisibilização do trabalho académico

Focámo-nos até agora na escrita e na publicação. Falámos da vida em caixinhas: a caixinha do texto académico, a caixinha que

é o ecrã do computador onde escrevemos os textos. Escrever é trabalho, publicar é difícil. Mas não é só isto. Somos avaliadas, metrificadas, pelas publicações, mas é só uma pequena parte do que fazemos. Grande parte dos nossos dias são passados em tarefas outras: relatórios, reuniões e memorandos, contactos com parceiros, gestão de e-mail, prospeção de financiamento, escrita de candidaturas, prospeção de revistas científicas e prospeção e preparação de conferências e seminários. Para IIC que acumulam investigação com docência, adicionem-se aulas, preparação de aulas, preparação e correção de exames e de trabalhos, e contacto com estudantes, clientes privilegiadas de uma academia mercantilizada.

No entanto, estas actividades não são contabilizadas de igual forma, não têm o mesmo valor. Este enfoque na produtividade normaliza e reproduz a fetichização da publicação. A pessoa só trabalhou se publicou. A pandemia acentuou este fenómeno. A pessoa pode ter estado a trabalhar sem interrupção durante toda a pandemia e ter estado a fazer outras coisas, que não são tão visíveis, que não são tão reconhecidas. Portanto, se focamos esse tipo de produtividade, fetichizamos a publicação, fetichizamos a publicação em revistas indexadas, porque são essas que estão a ser medidas, não outro tipo de publicações que as pessoas podem produzir, como *ebooks* e tantas outras colaborações que existem nos e entre centros de investigação. E também obscurecemos outras dimensões cruciais do trabalho científico, dimensões que são importantes em qualquer altura, mas especialmente agora: o ensino e orientação, o apoio às alunas e aos alunos, que elas e eles próprios estão em situação de grande ansiedade, de perturbação a muitos níveis, o apoio a colegas, a gestão académica, o trabalho académico doméstico invisível, a comunicação de ciência social nos *media*, nas escolas e outros setores da sociedade. Precisamente numa altura em que proliferam grupos e movimentos bem organizados para destruir as claras conquistas dos movimentos feministas e LGBTQI+ em Portugal, bem como as

dos movimentos antiracistas e pela diversidade, nomeadamente em termos de integração destes temas nos *curricula* escolares, na política e na lei. Esta é uma altura em que a nossa produtividade se deve fazer acima de tudo e de todas as formas no combate a estes movimentos e não necessariamente na produção de artigos a publicar em revistas indexadas.

Há outro tipo de trabalho científico importante que muitas/os investigadoras/es fazem e que diz respeito a parcerias com organizações de base comunitária e populações fora da academia, e que não contam como produtividade. O que fica para trás? O sonho de uma «academia sem paredes» (Pereira, 2014), como lamenta Maria do Mar Pereira, com quem fazemos coro. Estas dimensões não aparecem nos indicadores de produtividade, mas será que são elas que nos devem estar a ocupar primordialmente neste momento? E o que é que significaria integrar essa ideia na análise e nas perguntas que fazemos?

O nosso trabalho visa fomentar o conhecimento mútuo e a confiança entre os estudos de género e diferentes públicos, em Portugal. Esforçamo-nos para promover atividades de ciência cidadã e interação com as artes como formas privilegiadas de criar potencial para envolvimento entre cientistas e pessoas fora da academia, fomentar a empatia e aumentar a consciência para questões éticas e sociais. É por termos esse compromisso que o nosso trabalho académico, ativista e artístico, se tem voltado para questões em torno desses temas, através de filmes-documentários, de poesia, da organização e participação em eventos públicos e da divulgação desses temas em diferentes meios de comunicação social e artística como forma privilegiada de envolvimento com públicos. Somos académicas politicamente engajadas e comprometidas com a pólis. A nossa trajetória sempre incluiu a comunicação da ciência na sua práxis. As atividades e publicações que (co)organizámos e em que participámos, e esta não será excepção, são formas privilegiadas

de engajamento público. A comunicação de ciência social tem-se revelado um fator-chave na procura de novas formas de aproximar as ciências sociais e os públicos, designadamente através da implementação de iniciativas em que possam aprender uns com os outros, por meio da coparticipação. O papel da comunidade científica na desmistificação da ciência e no envolvimento dos públicos é vital, potencialmente contribuindo para aumentar a literacia científica e o envolvimento dos cidadãos (Davies, 2008). A comunicação de ciência e a ciência cidadã têm sido aplicadas de forma consistente nas ciências naturais, com grandes benefícios em termos de troca de conhecimento e integração de conceitos e teorias científicas, mas são ainda incipientes nas ciências sociais.

Para não perecer

A crescente mercantilização da Academia traz a exigência de métricas de produtividade que invisibilizam outros tipos de trabalho académico, bem como o envolvimento dos académicos com cidadãos e cidadãs, com questões sociais. Em detrimento de um esforço de transformação das culturas institucionais que comprometem o bem-estar de investigadoras e famílias, os/as académicos/as, e, em particular, os/as académicos mais vulneráveis, para sempre «jovens», mesmo que com 40 anos ou mais e mais de uma década de trabalho continuado, correm o risco de perecer.

Não temos receitas, mas acreditamos nas alternativas que se começam a esboçar. Passam pela adesão a uma ética do cuidado (Gilligan, 2016) e pela reivindicação de uma «ciência lenta» (*slow science*).

Tal como surgiram movimentos de *slow food*, em oposição a *fast food*, também um pouco por todas as ciências se repercutiu a reivindicação de uma academia lenta (*slow scholarship*). Em 2010, foi publicado *The Slow Science Manifesto* (Manifesto por uma Ciência

Lenta).⁹ Proponentes do manifesto (na Alemanha) reivindicavam tempo para pensar, tempo para ler, tempo para falhar. O manifesto teve um eco caloroso na comunidade científica internacional. Isabelle Stengers, reconhecida filósofa da ciência, quer levar a agenda de uma ciência lenta ainda mais longe, como explica, em 2013, no seu livro *Une autre science est possible!*, traduzido, em 2018, para inglês como *Another Science is Possible: A Manifesto for Slow Science* (Stengers, 2018). Neste livro, Stengers afirma que este manifesto de 2010 apenas está a reivindicar o regresso a um passado em que cientistas gozavam de autonomia na produção de um conhecimento desinteressado e gozavam de respeito porque o seu papel era visto como estando ao serviço do interesse comum — uma espécie de «época dourada» da ciência (Stengers, 2018, pp.108–109). Stengers pretende uma ruptura com este ideal de ciência do século XIX e reivindica, para uma ciência que se quer lenta, o seu papel na criação do futuro. Stengers explica que esse futuro não é sinónimo de avanço do conhecimento ou do progresso, esse futuro é sinónimo de incerteza radical (Stengers, 2018, p. 110). Assim, a ciência lenta, que tem um papel na criação do futuro como incerteza radical, pode caracterizar-se como a reivindicação da arte de lidar com, e aprender com, aquilo que é considerado caótico (*messy*). Embora a autora admita que passa mais tempo a criticar a ciência rápida (*fast science*) do que a definir como se processa uma ciência lenta, deixa algumas pistas para aquilo que a academia pode fazer:

Que tal introduzirmos reuniões lentas, ou seja, reuniões organizadas de forma a que a participação não seja apenas formal? E as conversas lentas, não apenas convidando as pessoas que realmente se deseja ouvir, mas lendo e discutindo de antemão para que o encontro não se reduza ao ritual de assistir a uma palestra

⁹ <http://slow-science.org/>

preparada que termina com algumas perguntas banais? Que tal exigir que, quando colegas falam ou escrevam sobre questões que estão além de seu campo de especialização, apresentem as informações, a aprendizagem e as colaborações que lhes permitiram fazê-lo? Que tal garantir, quando é necessária especialização numa questão de interesse comum, que coespecialistas estejam presentes e sejam capazes de representar efetivamente as várias dimensões relevantes para a questão? (Stengers, 2018, p. 125).

Esta ciência lenta passa então pela mudança na relação com os públicos e na relação entre pares, num tempo e espaço situados. Também nesta direção, surge a proposta de uma ética do cuidado que se estenda ao espaço de trabalho, passa pela construção coletiva e solidária do conhecimento; na solidariedade humana, no regresso ao tempo com tempo para ter conversas «inúteis», para o riso e para o choro, manifestações humanas expressas na materialidade dos corpos (Bebiano, 2020). Adriana Bebiano sublinha esta necessidade de combate permanente pelo direito ao ócio indispensável para a criatividade, pelo direito ao tempo para o cuidado de si e para os afetos. Subscrevemos.

A pandemia veio agudizar o grito que já se ouvia entre pessoas da academia empenhadas em resistir e combater a neoliberalização da universidade e em promover uma academia feminista. E nessa academia feminista encontramos a defesa de uma *praxis* académica que valorize o bem-estar, a solidariedade e o cuidado, em detrimento da produtividade-a-todo-o-custo e de normas e práticas da eficiência-a-todo-o-custo, que geram ambientes de trabalho tóxicos. A crise pandémica veio demonstrar a urgência do autocuidado e do cuidado a outras pessoas, tornando-nos mais atentas às emoções e experiências de colegas, de estudantes (nomeadamente de doutoramento) e de outras pessoas que se empenham diariamente para que o nosso trabalho seja levado a efeito e que saíram muito prejudicadas nesta paragem forçada: limpeza e manutenção de espaços, serviços administrativos e bibliotecas, por exemplo.

O confinamento veio mostrar que a produtividade não deve ser a nossa prioridade. Não só no discurso propagado, mas, muito mais importante, nas práticas promovidas pelas universidades e centros de investigação. A ética do cuidado convida, pois, a uma reorganização das prioridades, a abrandar o passo rápido da academia. Isto significa focar no importante e não no «urgente», uma urgência criada para cumprir métricas. E essa importância significa, tantas vezes, o coletivo e não, o individual. Deixar de viver na academia como um destino sempre a pensar na forma mais rápida de atingir indicadores (*you've reached another milestone!*) mas, antes, como uma viagem que permite seguir itinerários inesperados, mudar de rumo, adaptar a percursos mais desafiantes. Escrever menos, mas com mais dedicação e com um envolvimento sério e sustentável na criação e na partilha de conhecimento.

As relações desiguais de poder na academia dificilmente se vão alterar. Tanto mais quando as estruturas organizacionais das Instituições de Ensino Superior, com sistemas de metrificação, auditoria e monetização permanecem as mesmas, a nível europeu e internacional (Haro, 2017; Pereira, 2014).

E no entretanto, já que a academia, enquanto organização, aderiu a algumas práticas neoliberais, adira também aos outros ensinamentos da mesma fonte e se construa, por exemplo, como organização «positiva». Esta é uma corrente dos estudos organizacionais que sugerem que as organizações que proporcionam maior riqueza humana aos/às colaboradores/as (considerando que as pessoas são forças a desenvolver) têm melhores desempenhos, logo maior eficácia organizacional (Cunha *et al.*, 2013)

A ideia da academia como local onde se é feliz a trabalhar existe como desejo, no *ethos* da paixão e nos discursos de ciência como vocação (Delicado *et al.*, 2010). Mas as condições organizacionais, ou a ciência como profissão não sustentam estes discursos (Ramalho-Santos, 2020). É o *ethos* da paixão que justifica que cientistas continuem a trabalhar na ciência, apesar das condições de precariedade laboral,

de acordo com o estudo «Trabalho científico em Portugal» (Ferreira, 2021). É pequena a fatia de pessoas doutoradas que ficarão na academia, e as que ficam, sabemos a que custo. Esse é o paradoxo. Por isso, construamos um lugar feliz, mesmo sabendo como esta ideia de felicidade alimenta uma indústria neoliberal (Davies, 2015). O que queremos dizer é que não se trata de uma fatalidade (ai destino, ai destino!). Há ainda a possibilidade de tornar a academia mais ética, mais empática, que seja o suporte desse *ethos* de paixão que caracteriza o trabalho científico.

Enquanto não há uma mudança sistémica (revolucionária, desejaríamos!), há pequenos gestos de mudança a acontecer. Verbalizar o problema, vociferar o problema, seja em capítulos de livros, páginas de jornal, nos novos *media* ou no café, é um desses gestos. Caso contrário, corremos o risco que decisores, organizações e outras partes interessadas possam tomar como bitola a precariedade do trabalho científico e aplicá-la também a outros contextos laborais precários, como o trabalho cultural e criativo. Outro é a organização de espaços-tempos, que sejam acessíveis sobretudo para IIC, que são as pessoas mais precárias na academia, sobre as (des)regras do jogo. Este é o caso das formações avançadas «Publicar sem Perecer — Sobreviver ao Turbilhão»¹⁰ (CES), «Escolas de Ciência: desafios, oportunidades pós pandemia» (CeIED e CICANT da Universidade Lusófona)¹¹ e, mais recentemente, «Escrever, escavar, escutar, esculpir: A escrita como prática e método de investigação»¹² (MatLit, FLUC). Outras haverá, e venham elas! Para além dos grupos informais de apoio e partilha, as iniciativas por parte das Instituições de Ensino Superior dirigidas a IIC (incluindo doutorandas/os e pós-doutorandas/os) são também importantes para fazer comunidade e para

¹⁰ https://ces.uc.pt/survive_stampede/

¹¹ <https://www.ceied.ulusofona.pt/pt/formacao/escolas-de-ciencia/>

¹² <https://matlit.files.wordpress.com/2021/02/oficinasescritamatlitlab-cartazinscricoes.pdf>

verbalizar e vociferar. Mas não só. O Desenvolvimento Profissional Contínuo, promovido pelas Instituições de Ensino Superior, pode ser uma das estratégias de organizações «positivas». Se vivemos na cultura da auditoria, que possa abranger a auditoria às condições de trabalho e ao desenvolvimento de carreiras de IIC. Nesse sentido, mentores e organizações que apoiam IIC devem ser valorizadas pelas instituições de financiamento, como já se propõe no Reino Unido (Jones & Oakley, 2018). Várias são essas propostas, apresentamos apenas as duas medidas mais simples. Uma delas passa por fazer planos de desenvolvimento de carreira para IIC (Jones & Oakley, 2018, p. 9). Estes planos devem contemplar a identificação de competências transferíveis não só na academia, mas também em ocupações e sectores fora da academia, e ainda o apoio à procura de financiamentos e/ou empregos. As organizações e os líderes de equipas de investigação devem ser responsáveis e responsabilizados pelas instituições de financiamento pela aplicação destes planos. Outra medida simples é a alocação de tempo para procurar e escrever candidaturas a próximos financiamentos individuais ou, eventualmente, tempo e apoio para procurar um emprego fora da Academia mais próximo do término da bolsa/contrato (Jones & Oakley, 2018, p. 10). Esta provocadora opção de remedeio (nos entretantos da mudança sistémica) pode-se dizer de algum «cinismo estratégico». Mas já que o lugar é temporário e precário, que seja «feliz». Porque, como nos diz Adília Lopes, «uma humanidade de baratas viverá feliz para sempre num Paraíso sujo de restos de pessoas que não será sujo para ninguém.» (Lopes, 2000)

Referências Bibliográficas

Alatas, S. F. (2003). Academic Dependency and the Global Division of Labour in the Social Sciences. *Current Sociology*, 51(6), 599–613. <https://doi.org/10.1177/00113921030516003>

- Almeida, M. V. de. (2009). Ser mas não ser, eis a questão. O problema persistente do essencialismo estratégico. *CRIA – Working Papers*, 1, 9.
- Barry, K. M., Woods, M., Warnecke, E., Stirling, C., & Martin, A. (2018). Psychological health of doctoral candidates, study-related challenges and perceived performance. *Higher Education Research & Development*, 37(3), 468–483. <https://doi.org/10.1080/07294360.2018.1425979>
- Bebiano, A. (2020). Academia e ética do cuidado. *Palavras para lá da pandemia: cem lados de uma crise*, CES. <https://ces.uc.pt/publicacoes/palavras-pandemia/?lang=1&id=30222>
- Becker, H. S., & Richards, P. (2007). *Writing for Social Scientists: How to Start and Finish Your Thesis, Book, or Article: Second Edition* (Second edition). University of Chicago Press.
- Belcher, W. L. (2019). *Writing Your Journal Article in Twelve Weeks, Second Edition: A Guide to Academic Publishing Success* (Second edition). University of Chicago Press.
- Bell, K., & Mills, D. (2020, October 12). What we know about the academic journal landscape reflects global inequalities. *Impact of Social Sciences*. <https://blogs.lse.ac.uk/impactofsocialsciences/2020/10/12/what-we-know-about-the-academic-journal-landscape-reflects-global-inequalities/>
- Carrigan, M. (2019). *Social media for academics* (2nd edition). SAGE Publications.
- Chapman, A., & Greenhow, C. (2019). Citizen-Scholars: Social Media and the Changing Nature of Scholarship. *Publications*, 7(1), 11. <https://doi.org/10.3390/publications7010011>
- Cisco, J. (2019). Exploring the connection between impostor phenomenon and postgraduate students feeling academically-unprepared. *Higher Education Research & Development*, 1–15. <https://doi.org/10.1080/07294360.2019.1676198>
- Cunha, M. P. e, Rego, A., & Lopes, M. P. (2013). Comportamento Organizacional Positivo. *Análise Psicológica*, 31(4), 313–328.
- Davies, W. (2015). *The Happiness Industry: How the Government and Big Business Sold Us Well-Being*. Verso.
- Delicado, A., Borges, V., & Dix, S. (Eds.). (2010). *Profissão e vocação: Ensaio sobre grupos profissionais* (1. ed). Imprensa de Ciências Sociais.
- Duffy, B. E., & Pooley, J. D. (2017). «Facebook for Academics»: The Convergence of Self-Branding and Social Media Logic on Academia.edu. *Social Media + Society*, 3(1), 2056305117696523. <https://doi.org/10.1177/2056305117696523>
- Evans, T. M., Bira, L., Gastelum, J. B., Weiss, L. T., & Vanderford, N. L. (2018). Evidence for a mental health crisis in graduate education. *Nature Biotechnology*, 36(3), 282–284. <https://doi.org/10.1038/nbt.4089>
- Ferreira, J. B., Machado, M. de L., & Gouveia, O. (2012). A (in)satisfação dos académicos no ensino superior. *Educação, Sociedade & Culturas*, 37, 129–139.
- Ferreira, A. (2021, 11 de fevereiro). *O trabalho científico em Portugal: Precariedade e burnout* [Webinar]. Fenprof - Federação Nacional dos Professores. https://www.facebook.com/watch/live/?v=229188478876157&ref=watch_permalink
- Geninasca, J. (1986). Interpretar, persuadir, transformar: O Ensaio sobre o Dom de Marcel Mauss. In A. J. Greimas & E. Landowski (Eds.), *Análise do discurso em ciências sociais* (pp. 83–116). Global Universitária.

- Gill, R. (2014). Academics, Cultural Workers and Critical Labour Studies. *Journal of Cultural Economy*, 7(1), 12–30. <https://doi.org/10.1080/17530350.2013.861763>
- Gilligan, C. (2016). *In a Different Voice: Psychological Theory and Women's Development* (Reprint edition). Harvard University Press.
- Haro, F. A. de. (2017). O impacto de (não) ter impacto: Para uma sociologia crítica das publicações científicas. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 113, 83–106. <https://doi.org/10.4000/rccs.6659>
- Hicks, D., Wouters, P., Waltman, L., de Rijcke, S., & Rafols, I. (2015). Bibliometrics: The Leiden Manifesto for research metrics. *Nature News*, 520(7548), 429. <https://doi.org/10.1038/520429a>
- Jones, S. A., & Oakley, C. (2018). *The Precarious Postdoc: Interdisciplinary Research and Casualised Labour in the Humanities and Social Sciences*. Durham University.
- Jorge, L. N. (1993). *Poesia*. Assírio e Alvim.
- Latour, B., & Woolgar, S. (1986). *Laboratory life: The construction of scientific facts* (2nd ed.). Princeton University Press.
- Levecque, K., Anseel, F., De Beuckelaer, A., Van der Heyden, J., & Gisle, L. (2017). Work organization and mental health problems in PhD students. *Research Policy*, 46(4), 868–879. <https://doi.org/10.1016/j.respol.2017.02.008>
- Lobo Antunes, J., Sanchez, A., & Granado, A. (2014). *Redes Sociais para Cientistas*. Nova Escola Doutoral – Reitoria da Universidade NOVA de Lisboa.
- Lopes, A. (2000). *Irmã barata, irmã batata: Prosa*. Angelus Novus.
- Lupton, D., Mewburn, I., & Thomson, P. (Eds.). (2017). *The digital academic: Critical perspectives on digital technologies in higher education*. Routledge.
- McRobbie, A. (2016). *Be Creative: Making a Living in the New Culture Industries*. Wiley.
- Mills, C. W. (1959). *The sociological imagination*. Oxford University Press.
- Nature Editorial. (2019). The mental health of PhD researchers demands urgent attention. *Nature*, 575(7782), 257–258. <https://doi.org/10.1038/d41586-019-03489-1>
- Observador. (2019, November 7). *Ensino Superior. Há 400 professores a dar aulas sem receber salário*. Observador. <https://observador.pt/2019/11/07/ensino-superior-ha-400-professores-a-dar-aulas-sem-receber-salario/>
- OECD. (2019). *Education at a Glance: OECD Indicators–Portugal*. https://www.oecd.org/education/education-at-a-glance/EAG2019_CN_PRT.pdf?fbclid=IwAR0eHvhTzGNiix9-Blfiu7LR51aTUhfz9IAMQ6AbcVd8UhxCb1ev1f7Kpv8
- Pereira, M. do M. (2014). Activismo na ‘Academia sem Paredes’: (Im)possibilidades de Intervenção Política em Tempos de Performatividade e Precariedade. *LES: Journal of Lesbian Issues*, 3(1), 3–13.
- Pereira, M. do M. (2017). *Power, knowledge and feminist scholarship: An ethnography of academia*. Routledge, Taylor & Francis Group.
- PORDATA. (2020). *PORDATA – Doutoramentos realizados em Portugal ou no estrangeiro e reconhecidos por universidades portuguesas: Total e por sexo (1970–2015)*. [https://www.pordata.pt/Portugal/Doutoramentos+realizados+em+Portugal+ou+no+estrangeiro+e+reconhecidos+por+universidades+portuguesas+total+e+por+sexo+\(1970+++2015\)-237](https://www.pordata.pt/Portugal/Doutoramentos+realizados+em+Portugal+ou+no+estrangeiro+e+reconhecidos+por+universidades+portuguesas+total+e+por+sexo+(1970+++2015)-237)

- Rahman, S. A. (2019, June 26). «You would be branded an Eastern Researcher!» *The Sociological Review*. <https://www.thesociologicalreview.com/you-would-be-branded-an-eastern-researcher/>
- Ramalho-Santos, J. (2020, November 10). A base da pirâmide do emprego científico. *PÚBLICO*. <https://www.publico.pt/2020/11/10/ciencia/opiniao/base-piramide-emprego-cientifico-1938062>
- Rodrigues, M. de L. L. dos. (2015). Análise cronológica das políticas públicas: Ruturas e continuidades. In M. de L. L. dos Rodrigues & M. Heitor (Eds.), *40 anos de políticas de Ciência e Ensino Superior em Portugal* (pp. 1–25). Almedina.
- Solovova, O., Santos, J. V., & Veríssimo, J. (2018). Publish in English or Perish in Portuguese: Struggles and Constraints on the Semiperiphery. *Publications*, *6*(2), 25. <https://doi.org/10.3390/publications6020025>
- Srnicek, N. (2017). *Platform capitalism*. Polity Press.
- Stengers, I. (2018). *Another Science is Possible: A Manifesto for Slow Science*. John Wiley & Sons.
- Torp, S., Lysfjord, L., & Midje, H. H. (2018). Workaholism and work–family conflict among university academics. *Higher Education*, *76*(6), 1071–1090. <https://doi.org/10.1007/s10734-018-0247-0>
- Viana, C. (2019, November 8). Dá-se aulas sem receber «na expectativa de vir a conseguir um lugar», diz investigadora. *Público – Ensino Superior*. <https://www.publico.pt/2019/11/08/sociedade/noticia/dase-aulas-receber-expectativa-conseguir-lugar-investigadora-1892948>